

***O Estado, o trabalhador e o cidadão
na sociedade da informação***

Filipe Montargil

Escola Superior de Comunicação Social
Instituto Politécnico de Lisboa

Julho de 2007

Índice

Índice de conteúdos

1. Introdução.....	3
2. O Estado informacional: controlo e vigilância administrativa.....	3
2.1. A informática como tecnologia de informação: a investigação científica e as aplicações militares.....	4
2.2. A informática como tecnologia de informação: as contribuições e impostos.....	5
2.3. A informática como tecnologia de comunicação.....	7
2.4. Controlo e vigilância.....	10
3. O mundo do trabalhador e do cidadão: entre a globalização económica e o controlo administrativo do Estado.....	12
3.1. As etapas da disseminação social da tecnologia: do espaço académico ao espaço doméstico.....	13
3.2. Espaço profissional e espaço doméstico: interpenetração e controlo.....	16
3.3. Economia, globalização e Estado providência.....	19
4. Conclusões.....	23
Referências e fontes de informação.....	25

Índice de tabelas e gráficos

Tabela 1. Percentagem de disponibilidade <i>online</i> de 20 serviços públicos básicos, na União Europeia a 15 e a 25.....	9
Tabela 2. Percentagem de profissões relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação no total da economia, na acepção estrita e na acepção alargada ⁽¹⁾ , em 1995 e 2004 ⁽²⁾ (estimativas da OCDE).....	15
Gráfico 1. Crescimento da população na União Europeia – Contributo de fluxos migratórios, 1970-2003.....	21
Gráfico 2. Efeitos da imigração sobre os salários nos Estados Unidos, 1990-2000.....	21

O Estado, o trabalhador e o cidadão na sociedade da informação^{*}

Filipe Montargil^{**}

1. Introdução

As análises da sociedade da informação centram-se frequentemente sobre a evolução do Estado, da sua organização e das suas características globais, ou, alternativamente, sobre alterações registadas no domínio do quotidiano dos indivíduos. A articulação entre as duas dimensões, entre a perspectiva macro do Estado e o mundo do indivíduo, raramente é explorada. Contudo, uma das tensões originais que a sociedade da informação encerra relaciona-se, precisamente, com esta articulação.

É entre uma capacidade crescente, por parte do Estado, de exercer controlo e vigilância sobre os cidadãos, a par de uma redução da sua capacidade de intervenção no domínio económico e de assegurar as tradicionais garantias do Estado providência, que surge uma das tensões caracterizadoras da sociedade da informação.

É apresentada, neste texto, uma abordagem a esta questão. Na primeira parte, é efectuada uma caracterização do Estado informacional, acentuando a sua capacidade de controlo e de vigilância sobre os cidadãos. Na segunda, é abordado o mundo do cidadão e do trabalhador, conferindo destaque aos efeitos da globalização económica.

2. O Estado informacional: controlo e vigilância administrativa

As novas TIC fazem sobressair, na organização e na forma de funcionamento do Estado, particularmente na sua relação com os cidadãos, características de controlo e de vigilância administrativa. A utilização destas tecnologias atravessa, na leitura proposta, três fases distintas.

Historicamente, o desenvolvimento de grande parte das TIC no âmbito da actividade do Estado surge, numa primeira fase, sobretudo em duas áreas: a investigação científica e as aplicações militares (Breton e Proulx, 1997). É, em primeiro lugar, na investigação ligada à

^{*} A publicar em Manuel Meirinho Martins (Org.), *Comunicação e Marketing Político – Contributos pedagógicos*, Lisboa, ISCSP, 2007.

^{**} Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa.

universidade e a centros de investigação que a utilização e o desenvolvimento das tecnologias de informação automática ocorre.

2.1. A informática como tecnologia de informação: a investigação científica e as aplicações militares

Uma das utilizações privilegiadas para esta tecnologia centra-se no domínio militar. Os grandes computadores construídos nas décadas de 1930 e de 1940, como o ENIAC ou o Harvard Mark I (norte-americanos), ou o Colossus (inglês), foram utilizados para fins militares. O ENIAC foi utilizado no cálculo de tabelas balísticas para a artilharia dos Estados Unidos, no final da segunda guerra mundial. O Harvard Mark I, construído pela IBM e entregue em 1944 à Universidade de Harvard, foi utilizado exclusivamente para a Marinha, até ao fim da guerra. O Colossus, por sua vez, foi utilizado para tentar decifrar código utilizado pelas forças alemãs, no mesmo período. Os computadores que processavam informação a partir de cartões perfurados, da IBM, foram extensamente utilizados no projecto Manhattan, nos cálculos para a construção das primeiras bombas atómicas (Feynman, 1997: 125-128).

A utilização militar de sistemas informáticos não foi exclusivamente determinada, contudo, pela existência de um contexto de guerra. Mesmo depois do fim da segunda guerra, a informática continuava a encontrar no domínio militar uma aplicação privilegiada, dentro do Estado. O desenvolvimento de sistemas de controlo e intercepção de aviões inimigos, como o SAGE (*Semi Automatic Ground Environment*), desenvolvido pela IBM para a Força Aérea norte-americana, a partir do final da década de 1950, representou um investimento em larga escala, por parte do Estado, em informática militar. Cada computador SAGE implicava, em termos práticos, para além do equipamento informático, a construção de um edifício de 4 pisos que lhe era integralmente dedicado. Foram construídos 56 computadores SAGE e a IBM chegou a envolver directamente no projecto mais de 7.000 dos seus funcionários.

Para além dos limites das áreas da investigação científica e da aplicação militar, que são áreas de “circulação restrita” e que implicam por natureza um conjunto de consequências pouco visíveis, na interacção entre o Estado e os restantes actores sociais, a utilização das TIC foi influenciada pelo início do desenvolvimento da micro-informática.

Depois desta primeira fase, a utilização da informação automática na actividade do Estado centra-se de forma privilegiada na sua capacidade extractiva, através da gestão de informação sobre contribuições e impostos.

2.2. A informática como tecnologia de informação: as contribuições e impostos

No Reino Unido, em 1966, o Comité Fulton, criado com o objectivo de reflectir sobre a organização da administração pública, solicitou ao Tesouro uma avaliação das implicações dos computadores sobre o funcionamento da administração (Bellamy e Taylor, 2003: 34). Mais especificamente, o Comité Fulton pretendia avaliar a possibilidade de utilizar os computadores para abrandar, estabilizar ou mesmo inverter a tendência de crescimento do corpo de funcionários na administração pública. O primeiro sinal da importância que as contribuições e impostos assumem neste processo consiste precisamente no facto de o Comité Fulton confiar esta tarefa ao Tesouro, directamente responsável pela recepção e gestão de contribuições e impostos, e não a qualquer outro organismo da administração pública central.

A resposta do Tesouro a esta pergunta inicial é formulada através de dois memorandos. No primeiro, é descrito aquilo que se designa como o “processamento automático de informação” nos serviços prestados pelo Estado, e em que se defende que o investimento em computadores é justificado pelo retorno através da redução de custos em pessoal. É argumentado, no segundo memorando, que esta redução de custos será mais significativa nas fases iniciais da adopção de computadores, uma vez que a tendência mais provável será a de que estes sejam crescentemente utilizados para assegurar processos que não eram simplesmente possíveis, anteriormente¹. Desde a questão colocada pelo Comité Fulton até à resposta dada pelo Tesouro, passando pela escolha do interlocutor a quem a pergunta é colocada, a perspectiva adoptada centra-se nos benefícios que poderão existir, na máquina burocrática e administrativa do Estado, em consequência da utilização de tecnologia.

Esta será, na generalidade dos países, a segunda grande área de utilização dos sistemas de informação automática, no Estado. A segunda vaga de informatização, dentro do Estado, concentra-se, deste modo, na gestão das contribuições e impostos. É este processo que justifica que, ainda hoje em dia, os principais responsáveis pela informática na administração pública se encontrem integrados, em muitos países, nos ministérios das finanças. Países tão diversos como a Irlanda, Portugal, a Finlândia ou a Dinamarca evidenciam sinais recentes desta tendência.

O representante da Irlanda na associação que congrega informalmente os responsáveis máximos pela utilização de tecnologias de informação na administração pública, o

¹ Veja-se, para uma actualização do debate em torno desta questão, Public Service Committee (1998).

International Council for Information Technology in Government Administration – ICA², foi, durante muito tempo, um dirigente da instituição responsável pela cobrança de impostos e direitos aduaneiros – o *Office of the Revenue Commissioners*³ – e é, actualmente, um dirigente do Departamento de Finanças do Governo da Irlanda⁴.

É também esta tendência que leva a que o Instituto de Informática da administração pública portuguesa se encontre integrado no Ministério das Finanças e da Administração Pública⁵, ou que o valor do parque informático do Ministério das Finanças, em Portugal, em 1997, ultrapassasse os 28 milhões de contos (140 milhões de euros). Este valor é mais do triplo do valor do parque informático dos outros ministérios com um investimento elevado na área – de entre todos os restantes ministérios, apenas o da Justiça, o da Solidariedade e Segurança Social e o do Ambiente atingem o patamar dos 8 milhões de contos (40 milhões de euros) (Portugal, Instituto de Informática, 1997).

A ligação entre a utilização de recursos informáticos e a eficiência da máquina fiscal leva, deste modo, a que os ministérios das finanças assumam um papel relevante na condução das políticas públicas para a sociedade da informação. É também este o caso em dois dos pioneiros europeus na publicação de documentos de políticas públicas globais para a sociedade da informação: a Finlândia e a Dinamarca.

Os governos da Finlândia, sobretudo no período de 1992 a 1996, e da Dinamarca, numa fase inicial das suas políticas para a sociedade da informação, entre Janeiro de 1993 e Setembro de 1994, confiam a reflexão global sobre a sociedade da informação, e o desenvolvimento de políticas globais para a área, nos seus países, ao Ministério das Finanças⁶.

A utilização da informática, por parte do Estado, depois da utilização no círculo restrito da investigação e das utilizações militares, centra-se, desta forma, em objectivos como a obtenção de ganhos de eficiência no processamento de informação, maior racionalidade na gestão de recursos, maior eficiência na cobrança de impostos ou a possibilidade de redução da despesa corrente. Até este momento, a informática é predominantemente encarada como uma tecnologia de informação. Com o surgimento da *World Wide Web (WWW)* e da generalização da *Internet*, inicia-se a utilização da informática como tecnologia de comunicação, no âmbito da actividade do Estado e, muito particularmente, na sua relação com os cidadãos. A *WWW* representa uma alteração na natureza da utilização da informática no Estado, fazendo emergir, para além da sua dimensão de tecnologia de

² www.ica-it.org.

³ www.revenue.ie.

⁴ www.finance.gov.ie.

⁵ www.inst-informatica.pt.

⁶ No caso da Dinamarca, este ministério divide inicialmente a sua capacidade de intervenção com o Ministério das Comunicações e do Turismo, em que o primeiro assegura a área de tecnologias de informação e o segundo a área das telecomunicações.

informação, algumas características que fazem da informática também uma tecnologia de comunicação.

2.3. A informática como tecnologia de comunicação

Os organismos da administração pública, dependentes dos governos nacionais, apresentam actualmente uma forte presença na *Internet*, disponibilizando um leque alargado de conteúdos e de serviços aos cidadãos e às empresas. Esta presença começa a generalizar-se, sobretudo, durante a segunda metade da década de 1990, depois da criação da *WWW*, em 1991, e da sua progressiva massificação, ao longo da década.

É a partir do surgimento da *WWW* e da generalização da utilização da *Internet* que começa a surgir uma terceira fase na forma como os sistemas de informação são utilizados pela administração pública. Depois da criação da *WWW*, começam a surgir os primeiros sítios na *Internet* de organismos da administração pública. Esta evolução é rápida, atingindo em poucos anos valores significativos de cobertura: em 2000, 50% das câmaras municipais e 71% dos organismos da administração pública central em Portugal tinham uma página na *Internet* (Santos e Amaral, 2000: 23 e UMIC, 2004: 3). Em 2005, estes valores tinham-se aproximado da cobertura total, abrangendo 96% das Câmaras Municipais (UMIC, 2005: 2) e 87% dos organismos da administração pública central (UMIC, 2005a: 2). Independentemente das diferenças registadas de país para país, a tendência geral na OCDE é semelhante, evoluindo no sentido da cobertura total, em que todas as instituições têm um sítio na *Internet*.

Os primeiros sítios correspondiam, contudo, a uma apresentação de informação de carácter muito generalista, como a morada da instituição, os seus contactos de telefone e de fax, ou o horário de funcionamento. Nesta fase, os serviços apresentavam passivamente, nos seus sítios ou páginas na *Internet*, informação de carácter generalista. Estes primeiros sítios asseguravam uma função próxima da dos cartões de visita, disponibilizando informação sobre a instituição que tinha de ser utilizada através de outros canais, como o telefone ou o contacto pessoal através do balcão de atendimento.

No primeiro momento da utilização da *Internet*, por parte do Estado, a utilização centra-se na disponibilização de informação de carácter generalista sobre as instituições. A *Internet* não constituía, em si própria, nesta primeira fase, um canal de comunicação e de realização de transacções entre a administração e o cidadão. Esta fase mereceu a designação, por parte de alguns autores, de fase de “presença” (Baum e Di Maio, 2000). Os organismos públicos encontravam-se *presentes* no novo meio, embora não o utilizassem para a comunicação e realização de transacções com os cidadãos.

A massificação da *Internet*, através da *WWW*, a par das maiores possibilidades tecnológicas das versões do software utilizado (sobretudo, na fase inicial, com a evolução da linguagem utilizada na *WWW*, o *hyper text markup language – html*) criou a oportunidade, e a necessidade, de alargar a sua utilização. Numa segunda fase da utilização da *Internet* para serviços de governo electrónico, caracterizado por alguns com uma fase de “interacção” (*idem*), começam a surgir algumas formas de comunicação elementares entre os cidadãos e a administração pública que permitem evitar, pelo menos, uma deslocação ao balcão de atendimento, ou um contacto através de outros canais (como o telefone ou o fax). Um dos recursos mais típicos desta fase consiste na disponibilização de formulários para *download* através do sítio na *Internet*. Neste caso, o utilizador acede ao sítio na *Internet* do organismo público, localiza o formulário pretendido e faz o *download*, gravando-o no seu próprio computador. Depois de gravado, o utilizador pode preencher o formulário e entregá-lo pessoalmente, ou enviá-lo por correio ou por fax, para o organismo em causa.

Na relação de comunicação entre Estado e cidadão, o fluxo de comunicação que parte do Estado para o cidadão, e em que o primeiro disponibiliza o instrumento adequado para o segundo submeter o seu *input* ao sistema burocrático e administrativo, é disponibilizado em formato digital, através da *Internet*. O fluxo subsequente, que parte do cidadão para o Estado, em que o primeiro submete o seu *input* ao sistema, tem de ser realizado, contudo, através de outro canal de comunicação.

Um terceiro momento na evolução da forma de utilização da *Internet*, por parte das instituições públicas, consiste na realização integral de transacções com os cidadãos. As iniciativas de governo electrónico típicas desta fase apresentam maior complexidade, não se limitando à simples disponibilização de informação, e permitem concretizar tarefas de forma integralmente electrónica, sem interrupções na prestação do serviço. Os projectos de governo electrónico tornam possível, nesta fase, a criação de serviços *self-service*, em que os utilizadores concretizam todas as operações necessárias através da *Internet*. As aplicações para o pagamento de contribuições e impostos, para a renovação de licenças ou para a submissão de candidaturas são exemplos de serviços situados neste estádio. Passa a ser possível assegurar, nesta fase, ambos os fluxos de comunicação (Estado-cidadão e cidadão-Estado) através da *Internet*.

Embora o utilizador possa efectuar todas as tarefas necessárias à concretização do serviço disponibilizado, estas actividades ainda envolvem um fluxo de comunicação predominantemente uni-direccional, no sentido do Estado para o cidadão. Por sua vez, as respostas electrónicas geradas pelo sistema burocrático e administrativo também correspondem habitualmente, nesta fase, a um resultado fortemente estandardizado, como a determinação de um valor de contribuições a pagar ou a devolver, a aprovação de um pedido de licença ou a confirmação de aceitação de um processo de candidatura.

Estas várias fases, na forma como as instituições públicas utilizam a *Internet*, chama a atenção para o facto de não ser possível avaliar a sua utilização apenas a partir de indicadores que quantifiquem a presença *online*. Não é suficiente, na análise da utilização da *Internet* para os serviços de governo electrónico, quantificar o número de organismos que disponibilizou um sítio na *Internet*. Este é um primeiro estágio, em que a administração pública disponibiliza informação aos cidadãos. É contudo, sobretudo com as fases seguintes, de interacção e de realização de transacções com o cidadão, que a informação automática deixa de ser utilizada apenas como uma tecnologia de informação e passa a ser utilizada, também, como tecnologia de comunicação. Interessa, desta forma, não só quantificar a presença do Estado na *Internet*, mas também caracterizar a natureza dessa presença.

O Eurostat, por exemplo, utiliza para o efeito um indicador de disponibilidade de serviços de governo electrónico baseado em 20 serviços considerados básicos. De acordo com este indicador, o caminho a percorrer ainda é longo – em 2006, encontravam-se disponíveis *online*, na União Europeia a 25, metade dos serviços públicos considerados básicos – cf. Tabela 1.

Tabela 1. Percentagem de disponibilidade *online* de 20 serviços públicos básicos, na União Europeia a 15 e a 25

	2002	2003	2004	2006
UE 15	36	47	49	56
UE 25	-	-	41	50
Áustria	20	68	72	83
Alemanha	35	40	47	47
Bélgica	25	35	35	47
Dinamarca	61	72	58	63
Espanha	40	50	55	55
Finlândia	50	61	67	61
França	35	45	50	65
Grécia	32	32	32	30
Holanda	21	26	32	53
Irlanda	50	56	50	50
Itália	35	45	53	58
Luxemburgo	5	15	20	20
Portugal	32	37	40	60
Reino Unido	33	50	59	71
Suécia	67	67	74	74

Fonte: Eurostat, *E-government on-line availability*.

O indicador apresenta a percentagem de um conjunto de 20 serviços básicos que se encontram integralmente disponíveis na *Internet* - ou seja, relativamente aos quais é possível efectuar todos os procedimentos necessários através da *Internet*. Se, por exemplo, num país 13 dos 20 serviços fossem avaliados como 100% disponíveis *online* e um fosse considerado como não aplicável (porque, por exemplo, não existe naquele país), o indicador corresponderia a 13/19, ou seja, a 68,4%. Os valores são baseados numa amostra de moradas de sítios públicos acordada com os Estados membros e considerada como relevante, para cada serviço.

Em alguns países, esta variação é particularmente acentuada: enquanto o Luxemburgo conta com 20% dos serviços públicos básicos disponíveis *online* em 2006, na Áustria este valor é de 83%. A tendência de aproximação a níveis elevados de disponibilidade destes serviços é, contudo, comum a um conjunto alargado de países.

Esta é a primeira grande alteração decorrente da utilização da *Internet*, por parte do Estado: de uma utilização da informática centrada no domínio da investigação ou da actividade militar, numa primeira fase, ou na organização burocrática e administrativa de funções como a gestão e controlo de contribuições e impostos, o Estado passa a utilizar a informática, com a *Internet*, também para disponibilizar informação aos cidadãos e, mais, para assegurar transacções com eles. Este torna-se num novo canal de comunicação entre o Estado e o cidadão, à semelhança dos canais previamente existentes, como o balcão de atendimento ou o telefone. Com a *Internet*, a informática começa a deixar de ser uma tecnologia de informação para passar a ser para o Estado, também, uma tecnologia de comunicação.

2.4. Controlo e vigilância

As novas tecnologias de informação e comunicação não servem, contudo, apenas para a comunicação e a disponibilização de informação aos cidadãos. A utilização da tecnologia implica também uma dimensão de controlo e de vigilância do Estado sobre a actividade quotidiana dos cidadãos. Esta dimensão, concretizada através de formas de centrar a atenção sobre informação pessoal, com o objectivo de assegurar a conformidade às normas estabelecidas, tem vindo a tornar-se numa componente essencial da utilização das TIC. O cumprimento de limites de velocidade, a entrega de declarações de impostos ou a conduta em espaços públicos são comportamentos amplamente escrutinados, hoje em dia, através de tecnologias de informação e comunicação.

As TIC são utilizadas para aumentar o poder, alcance e capacidade dos sistemas de controlo e de vigilância. Por outro lado, praticamente todas as actividades de controlo e vigilância são apoiadas e ampliadas através do recurso a TIC.

Este controlo e vigilância não se encontra necessariamente centrado num conjunto limitado de indivíduos. Pelo contrário, ele é crescentemente generalizado, tendo-se desenvolvido como um aspecto da administração burocrática, incluindo todos os cidadãos, em muitas das suas formas. O seu funcionamento é, ao contrário da vigilância exercida a um nível individual, efectuado em larga escala, sistemático, crescentemente automatizado e dependente da capacidade tecnológica de armazenar, processar e disseminar informação. Só no Reino Unido, em 2004, existiam mais de 4 milhões de câmaras de vigilância em locais

públicos (Norris e McCahill, 2004). Para além das pessoas sobre as quais recaem suspeitas, por eventuais actividades ilícitas, os trabalhadores, consumidores, cidadãos e viajantes encontram hoje em dia a sua actividade sob escrutínio, sendo de interesse para terceiros. Um dos elementos centrais para este funcionamento é a existência de bases de dados detalhadas, com a capacidade de poderem ser ligadas entre si (Lyon, 2006).

A postura do Estado não é, deste modo, apenas de vigilância, no sentido de identificar e detectar o responsável por uma actividade ilícita, mas de utilização alargada das TIC para assegurar *a priori* um nível elevado de controlo e de conformidade. Os radares de trânsito actualmente instalados em vários locais têm a capacidade de avisar os condutores que se encontram em excesso de velocidade, de forma a poderem reduzi-la, antes de serem multados. Uma declaração de impostos que o cidadão preenche na *Internet* já se encontra, em vários países, previamente preenchida pelo Estado – a primeira tarefa do cidadão consiste em validar o que se encontra preenchido e, depois, fazer o preenchimento dos restantes elementos. Nestes exemplos, a tecnologia não é utilizada para a detecção e a persecução de um acto ilícito mas, antes disso, para uma actividade de controlo em que se tenta, precisamente, prevenir a sua ocorrência e assegurar a conformidade.

Esta actividade de vigilância não é, em muitos casos, desconhecida dos cidadãos. É do conhecimento geral que um volume crescente de informação sobre a actividade regular dos indivíduos é recolhida, armazenada, tratada e utilizada pelas instituições. Os condutores conhecem a existência de um número crescente de sistemas de controlo de velocidade, os contribuintes têm conhecimento do desenvolvimento de formas de detecção de devedores, tal como os utilizadores da *Internet* sabem que o seu comportamento se pode encontrar sob vigilância do Estado, no acesso a conteúdos ilegais ou em práticas ilícitas.

O facto de esta tendência de controlo ser cada vez mais alargada, abrangendo todos os indivíduos da comunidade, não significa a inexistência de formas de discriminação *a priori*, antes da detecção de comportamentos ilícitos. A tecnologia não funciona, desta forma, exclusivamente através de uma lógica de inclusão, em que abarca de forma indiferenciada todos os indivíduos. Existe também, na utilização da tecnologia para objectivos de controlo e vigilância social, uma dimensão de exclusão, em que indivíduos, ou alguns grupos, são destacados. Os organismos públicos processam informação individual de forma a estabelecer tendências e padrões, em que procuram grupos ou características individuais de risco, classificando indivíduos de acordo com esses critérios. Esta classificação pode encontrar-se na base, em vários casos, de actividades discriminatórias entre cidadãos. Grupos classificados de forma diferente podem ser (são frequentemente) tratados de forma diferente, levantando outro conjunto de problemas na organização e funcionamento regular do Estado.

Alguma da informação recolhida nas actividades de vigilância é utilizada para caracterizar indivíduos, de acordo com os critérios da organização responsável pela sua recolha e tratamento. A informação proveniente da actividade de vigilância é posteriormente utilizada, em vários casos, para alocar os indivíduos a categorias ou grupos de risco e determinar acções a tomar, relativamente a um indivíduo, de acordo com o grupo em que se insere. A questão não se limita, desta forma, a determinar se uma actividade de controlo ou de vigilância é abusiva ou intrusiva, mas até que ponto as relações sociais e de poder se encontram condicionadas por estratégias de controlo e de vigilância (Lyon, 2006). Esta questão suscita, ainda, uma outra, na medida em que saber quem detém o poder para definir estes critérios e efectuar estas escolhas, e como estes procedimentos se rotinizam no sistema, não é apenas uma questão académica. Estes são alguns dos desafios que se colocam ao Estado, na utilização de TIC para o controlo e a vigilância da actividade dos cidadãos.

A nossa sociedade é, desta forma, crescentemente organizada, a nossa existência quotidiana mais planeada e enquadrada por instituições do que anteriormente, e o Estado desempenha um papel central na actividade de vigilância e controlo administrativo sobre os cidadãos.

3. O mundo do trabalhador e do cidadão: entre a globalização económica e o controlo administrativo do Estado

Para além da abordagem ao Estado informacional, nas suas estruturas e traços globais, é também necessário caracterizar o mundo do indivíduo. As alterações do Estado informacional implicam e encontram-se a par de alterações na forma como o indivíduo estrutura o seu quotidiano e se relaciona com o Estado. São aqui tratadas duas dimensões, a partir da perspectiva do indivíduo: a do trabalho e a da relação com o Estado. Para além de representarem espaços diferentes, com características específicas, a sua relação implica actualmente algumas tensões inovadoras.

Um dos primeiros indicadores para a caracterização do mundo do cidadão, na sociedade da informação, e que mais facilmente fornece uma ideia das transformações em curso, consiste no número de utilizadores de novas tecnologias. As tecnologias TIC disponibilizadas aos utilizadores individuais, desde a década de 1980, como o computador pessoal, ou desde a década de 1990, como a *Internet*, são actualmente utilizadas por milhares de milhões, ou milhões de milhões, de indivíduos no mundo.

Esta utilização atravessa todos os domínios da sociedade, penetrando na esfera de cidadania, mas também nos espaços do trabalho (em que se constitui como uma actividade

económica específica, com uma relevância crescente, e com influência sobre a restante economia), do lazer e da sociabilidade doméstica.

3.1. As etapas da disseminação social da tecnologia: do espaço académico ao espaço doméstico

Se o início da disseminação destas tecnologias se dá, em parte, através do mundo académico, onde professores, investigadores e alunos têm acesso a estes recursos, a sua massificação passa, na fase imediatamente a seguir, pelo mundo do trabalho. São os professores e, sobretudo, os alunos, com a sua entrada no mercado de trabalho, que vão levando as novas tecnologias para empresas e instituições fora da academia.

Em 1999, no primeiro estudo realizado em Portugal para a caracterização da utilização da *Internet*, embora com recurso a uma amostra totalmente auto-seleccionada, esta tendência é evidente: 56% dos utilizadores da *Internet* inquiridos têm a frequência do ensino superior. Esta percentagem sobe, à medida que a antiguidade da utilização da *Internet* aumenta: nos utilizadores da *Internet* há menos de um ano, a percentagem de inquiridos com o ensino superior é de 46%; nos que utilizavam a *Internet* desde há 1 a 2 anos, sobe para 49%; nos que utilizavam desde há 2 a 4 anos é de 59% e, nos inquiridos com mais de 4 anos de utilização da *Internet* (ou seja, que utilizavam a *Internet* antes de Junho de 1995) é de 71% (Ciberfaces, 2000). Estes valores espelham uma tendência, verificada na generalidade dos países, de origem da utilização da *Internet* particularmente centrada no meio académico.

A etapa seguinte, neste processo, é a passagem para o mundo do trabalho. A utilização da informática e das redes de computadores vai tornar-se mais frequente, nas empresas, e o seu crescimento vai passar, durante um período, maioritariamente pela utilização profissional. Na União Europeia a 15, em 1998, a utilização dos principais recursos da informação automática é maioritariamente profissional: 41% da população europeia tinha acesso a um computador pessoal no trabalho, enquanto 31% tinha acesso a um computador pessoal em casa; 13% da população utilizava a *Internet* no trabalho, enquanto 8% utilizava a *Internet* em casa (Eurobarómetro 50.1). O computador e a *Internet* tinham, deste modo, uma utilização maioritariamente profissional, a par de outras tecnologias, como o fax.

Uma parte relevante da força de trabalho começa, com a micro-informática e a criação do computador pessoal, sobretudo a partir da década de 1980, a utilizar as TIC no exercício da sua actividade profissional. A percentagem de pessoas que utiliza as novas tecnologias no seu quotidiano profissional assume um peso significativo, tendencialmente crescente, nas sociedades informacionais.

A OCDE utiliza, a este título, duas definições de utilizadores profissionais de TIC. A primeira é centrada naquilo a que os documentos da OCDE genericamente se referem como os *especialistas* de tecnologias de informação e comunicação, numa acepção restrita do conceito. A segunda inclui, adicionalmente, aqueles que podem ser considerados como utilizadores genéricos e avançados de tecnologias de informação e comunicação, numa acepção mais abrangente do conceito⁷.

Se considerarmos apenas os profissionais especialistas em tecnologias de informação e comunicação, envolvidos sobretudo na sua produção e utilização exclusiva, a sua expressão na força de trabalho é reduzida, representando cerca de 2% a 4% dos trabalhadores empregados, na generalidade dos países da OCDE, em 2004. Se incluirmos, contudo, numa acepção mais abrangente, os utilizadores genéricos e avançados, correspondendo àqueles que utilizam regularmente estas tecnologias no desempenho da sua actividade profissional, este valor passa a situar-se entre os 14% e os 30% da população empregada, no mesmo ano – cf. Tabela 2.

Como é possível avaliar através da leitura da tabela se, por um lado, os utilizadores especializados de TIC representam em 2004 uma pequena parte da população empregada (entre 2% a 4%), os utilizadores genéricos e avançados chegam a representar, em quase 70% dos países, mais de um quinto da população empregada. De facto, em 18 países, num total de 26, pelo menos um em cada cinco trabalhadores é considerado como um utilizador genérico ou avançado de TIC, no desempenho da sua actividade profissional. A relevância das TIC, apesar de não chegar a valores tão elevados como aqueles que a análise de Machlup (1962) poderia fazer esperar, tem, apesar de tudo, de ser considerada como relevante, para um sector de actividade relativamente recente.

A evolução da União Europeia parece assumir alguma especificidade, na evolução da percentagem de utilizadores profissionais de TIC, particularmente no que diz respeito aos utilizadores genéricos e avançados. A percentagem de utilizadores especializados subiu em todos os países incluídos na análise (com as excepções da Irlanda, em que se manteve, e de Portugal, em que desceu), entre 1995 e 2004. Considerando, contudo, a percentagem de utilizadores genéricos e avançados, os valores sobem em todos os países da União Europeia (com a excepção da Itália, em que desce), enquanto descem nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá. A União Europeia parece assumir, desta forma, uma evolução específica na última década, com maior dinamismo no crescimento dos utilizadores genéricos e avançados de TIC, face a outras grandes economias da OCDE. Esta questão encontra-se, por sua vez, provavelmente relacionada de forma directa com a estruturação

⁷ Veja-se, para uma discussão recente deste conceito, OCDE (2004: 218 – 232).

do sector económico das TIC, particularmente com a sua articulação entre o sector da produção e o dos serviços.

Tabela 2. Percentagem de profissões relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação no total da economia, na acepção estrita e na acepção alargada⁽¹⁾, em 1995 e 2004⁽²⁾ (estimativas da OCDE)

	Utilizadores especializados de TIC (acepção estrita)		Utilizadores genéricos e avançados de TIC (acepção alargada)	
	1995	2004	1995	2004
EU15	2,6	3,1	20,6	21,9
Austrália	3,4	3,6	21,0	20,1
Canadá	3,0	4,0	20,7	19,9
Estados Unidos	3,3	3,7	21,2	20,3
Alemanha	2,2	3,0	20,4	21,5
Áustria	2,5	3,8	15,1	17,2
Bélgica	2,1	2,7	18,7	20,6
Dinamarca	3,0	4,0	20,4	24,1
Espanha	2,2	2,7	15,8	18,4
Finlândia	2,7	4,0	20,1	23,8
França	2,9	3,1	18,6	19,8
Grécia	2,2	2,4	10,3	14,4
Holanda	3,3	4,2	23,0	24,5
Irlanda	2,8	2,8	17,3	22,2
Itália	2,4	2,8	20,9	20,4
Luxemburgo	2,9	3,5	23,0	29,5
Portugal	2,3	2,1	13,0	15,5
Reino Unido	2,9	3,1	27,8	28,7
Suécia	3,9	4,4	20,4	24,4

Fonte: OCDE, 2005: 95.

1. A acepção estrita e a acepção alargada são baseadas em metodologia estabelecida pela OCDE (2004) e van Welsum e Vickery (2005). As percentagens de países não europeus não são directamente comparáveis com as percentagens de países europeus, uma vez que as classificações não se encontram harmonizadas: em algumas estimativas, existiram alterações da classificação.

2. Excepto: Austrália, Finlândia e Suécia: 1997, em vez de 1995; Portugal: 1998, em vez de 1995; Irlanda: 1999, em vez de 1995; Áustria e Canadá: 2003, em vez de 2004.

Num momento seguinte a utilização de computadores e de *Internet* passa do domínio do trabalho, e da actividade profissional, para a esfera doméstica. A utilização dos novos recursos passa a ser cada vez mais frequente na residência dos agregados familiares, acabando a utilização doméstica por se aproximar ou mesmo ultrapassar a utilização no local de trabalho.

Se em 1998, na União Europeia, como vimos, a utilização do computador pessoal e da *Internet* eram maioritariamente efectuadas no local de trabalho, esta situação encontrava-se já invertida, para ambos os recursos, em 2004. De acordo com o Eurostat, em 2004, a percentagem de indivíduos que utilizou um computador em casa, nos 3 meses antes do momento da inquirição, foi de 48%, enquanto a percentagem de indivíduos que utilizou um computador num local de trabalho (situado fora de casa), no mesmo período de tempo, foi de 28%. A tendência com a utilização da *Internet* é semelhante: a percentagem de indivíduos que acedeu à *Internet* em casa, nos 3 meses anteriores à inquirição, era de 39%; enquanto a percentagem de indivíduos que acedeu à *Internet* no trabalho, no mesmo período, é mais baixa, situando-se nos 21%.

Esta deslocação do centro de utilização dos computadores pessoais e da *Internet*, do local de trabalho para a residência do agregado familiar, traduz uma passagem da utilização da tecnologia do espaço profissional para o espaço doméstico. A informação automática é cada vez mais utilizada no domínio doméstico, para o lazer e para o entretenimento dos membros da família.

A localização neste espaço não equivale, contudo, a uma utilização exclusivamente doméstica da tecnologia. O crescimento da utilização de recursos de informação automática em casa também traduz uma outra tendência: a interpenetração do espaço da residência com o mundo do trabalho.

3.2. Espaço profissional e espaço doméstico: interpenetração e controlo

A revolução informacional facilita, sobretudo com o crescimento da capacidade de disseminação de informação decorrente da evolução das redes de computadores (e, muito particularmente, da *Internet*), a extensão das redes de informação e dos recursos informacionais necessários para o desempenho da actividade profissional, passando a estar também acessíveis a partir de casa. Qualquer instituição ligada à *Internet* pode disponibilizar a um custo marginal, hoje um dia, uma rede de informação entre o local de trabalho e o exterior, permitindo aos seus colaboradores trabalhar à distância.

O trabalho encerra, deste modo, uma componente crescente de *teletrabalho*, de trabalho realizado à distância do local onde se situa a instituição empregadora. O teletrabalho não é, apesar do seu crescimento, uma regra, ou uma prática generalizada: em 2002, cerca de 7% da população empregada trabalhava em casa pelo menos um dia por semana, no Reino Unido; menos de dez anos antes, em 1993, a percentagem era de 0,5% (ZD Net, 2002). Apesar de não representar uma parte preponderante do tempo total de trabalho, o teletrabalho é uma realidade nova, implicando alterações na articulação entre o espaço profissional e o espaço doméstico.

A utilização das TIC não é, desta forma, apenas crescentemente doméstica: é o trabalho que é também, cada vez menos, dependente de uma localização específica, de um *topos*, facilitando a sua interpenetração e sobreposição com outros espaços.

O surgimento de formas de teletrabalho e a deslocalização do exercício da actividade profissional não representam, contudo, uma menor eficácia das instituições no controlo da actividade dos seus colaboradores. É precisamente a tecnologia que permite manter esse controlo, à medida que reduz a necessidade do constrangimento físico.

A informação automática permite o controlo da actividade profissional, e do trabalho, de forma cada vez mais independente do espaço. Este controlo não é só efectuado através de uma alteração do controlo do trabalho, em que se controla, para além da presença de um trabalhador num determinado local, o resultado, ou *output*, do seu trabalho (que em muitos casos é também, cada vez mais, informacional e, portanto, ele próprio imaterial e independente do espaço), mas de soluções informáticas como folhas de horas, ou *worksheets*, em que é registado o tempo de trabalho dedicado a cada tarefa, ou de relatórios de produtividade produzidos automaticamente pelos computadores utilizados no processo produtivo.

Este processo representa, no limite, uma reconfiguração social do espaço e do tempo. As duas dimensões encontram-se, aliás, de tal forma relacionadas que se pode conceber uma noção de *espaço-tempo*, em substituição da referência individual a cada um dos termos (Lyon, 2001: 17).

No início da modernidade, o espaço era racionalmente concebido como um território delimitado e o tempo como tendo uma duração mensurável. A vida social podia ser organizada, em larga medida, através da grelha proporcionada pela combinação destas duas dimensões. Para utilizar o exemplo de Lyon (*idem, ibidem*), as empresas industriais podiam exercer facilmente um considerável grau de controlo sobre os trabalhadores, uma vez que o trabalho era desenvolvido num espaço claramente delimitado (as instalações da fábrica), em períodos fixos de tempo (horários ou turnos). Dispositivos como o relógio e o horário vieram progressivamente dominar a vida moderna, como meio de coordenação das actividades sociais.

No final do século XX, a crescente massificação da utilização das redes de comunicação começa a colocar em causa o papel destes dispositivos enquanto meios de coordenação e de controlo. Estas mudanças não são, bem entendido, devidas aos computadores ou às redes informacionais existentes (tal como as alterações da modernidade não foram propriamente *causadas* pelo relógio), mas encontram-se profundamente relacionadas com a utilização social destas tecnologias.

É possível, neste quadro, conceber os artefactos tecnológicos como formas de estabelecer uma relação com o tempo e com o espaço, na sequência de autores como Innis (1962) ou Lyon (2001). Esta relação não se confina apenas ao espaço da produção ou do trabalho, e da sua articulação com outros domínios, mas estende-se ao conjunto das relações de comunicação.

Na história da comunicação humana, um primeiro momento de transição pode ser localizado na comparação entre sociedades baseadas na oralidade, e um padrão de relações de sociabilidade face-a-face, e sociedades em que é utilizada a escrita, em que surge a possibilidade de estabelecer relações mais remotas. Nas relações de sociabilidade estabelecidas à distância, a escrita serve para “confinar” – “*bind*”, na expressão utilizada por Lyon (*idem, ibidem*) – o tempo, mantendo passado e presente juntos num mesmo meio. A invenção da prensa mecânica com tipos móveis, dando origem ao *homem tipográfico* (McLuhan, 1962), prestou-se, por seu lado, a confinar essencialmente o espaço. As relações nos sistemas legais, por exemplo, podiam manter-se de forma mais coesa e contínua do que anteriormente, sobre distâncias maiores. O espaço podia, adicionalmente, ser “confinado” através da utilização do telégrafo e do telefone – tecnologias que também facilitam a comunicação em tempo real à distância. No final do século XX, o desenvolvimento e a convergência das telecomunicações e da informática acentua a velocidade da comunicação a um ponto em que reduz, ainda mais, as distâncias no espaço. O *espaço-tempo* pode ser mais facilmente confinado, com a utilização destas novas tecnologias.

O conceito de proxémia, proposto por Hall (1966) no âmbito da antropologia espacial, referente às formas de apropriação social e individual do espaço, pode ser particularmente útil para a exploração deste argumento espaço-temporal⁸. O conceito de proxémia traduz a noção de que a cultura contém, inscritos em si, elementos essenciais para a construção das categorias espaciais e sensoriais. Uma mesma experiência material pode, desta forma, ser percebida de forma diversa por dois indivíduos de culturas diferentes, devido à existência de categorias e valores culturalmente diferentes para a apreensão da realidade. Recorrendo ao conceito de Hall, a sociedade da informação apresenta um padrão proxémico do espaço e do tempo diferente das sociedades anteriores.

A dependência do trabalhador face à instituição empregadora, e a subjacente relação de controlo, não se encontram, deste modo, diminuídas na sociedade informacional. O teletrabalho, ou a relativa desmaterialização do posto de trabalho, não é um sinal de uma eventual independência ou autonomização do trabalhador face às instituições. A sociedade

⁸ Veja-se, para uma proposta de exploração do conceito de proxémia na sociologia política, no contexto português, Stock (1996).

da informação não representa, deste modo, uma maior autonomia do trabalhador face à instituição empregadora.

Esta não é, contudo, a única forma de pressão que a economia globalizada, em parte moldada pela componente informacional, representa para os trabalhadores. A pressão sobre o crescimento real dos salários e a ameaça ao sistema de Estado providência, desenvolvido sobretudo no período posterior à segunda guerra mundial, marcam também o mundo do trabalhador, na sociedade informacional.

3.3. Economia, globalização e Estado providência

O aumento dos salários reais, bem como dos custos unitários do trabalho, tem vindo a ser reduzido, ao longo das últimas 3 décadas. O peso dos salários na economia decaiu cerca de 3%, neste período (Bank for International Settlements, 2006: 18). Tomando para análise a média dos 10 países mais industrializados do mundo, os salários representavam, em 1975, 62,7% do total do valor acrescentado de toda a economia. Este valor desceu, em 2004, para cerca de 59,6%.

Vários factores contribuem para esta diminuição dos salários reais. A influência da globalização económica, em parte sustentada numa economia informacional, é uma das dimensões essenciais deste processo. Pelo menos três factores parecem fazer sentir a sua influência: a crescente facilidade de deslocalização da produção, o crescimento da mobilidade internacional dos trabalhadores e a progressiva abertura dos mercados à circulação de bens e serviços.

Em primeiro lugar, a possibilidade de uma deslocalização cada vez mais fácil da produção tem contribuído para limitar o poder negocial dos trabalhadores e dos sindicatos, em muitos países industrializados. Num contexto de progressiva abertura, a entrada de novos países para uma economia globalizada representa um acréscimo significativo da oferta de mão-de-obra. Estima-se, aliás, que a oferta de trabalhadores presentes na economia global possa ter duplicado, em alguns sectores, com o alargamento a países como a Índia, a China ou os países da Europa de Leste. Este aumento da oferta global de mão-de-obra, configurando uma concorrência crescente entre países, é apoiado por uma maior facilidade de gestão dos processos de produção, independentemente da sua localização. A informação automática é, sob este ponto de vista, uma base e um facilitador essencial para a decisão de deslocalização.

O rápido crescimento do comércio de materiais utilizados no processo produtivo, como peças ou componentes, é um indicador da crescente integração vertical dos processos de produção, a nível global. A taxa de crescimento do comércio mundial de peças e componentes foi de 9%, no período entre 1990 e 2000, sendo muito superior aos 2% de

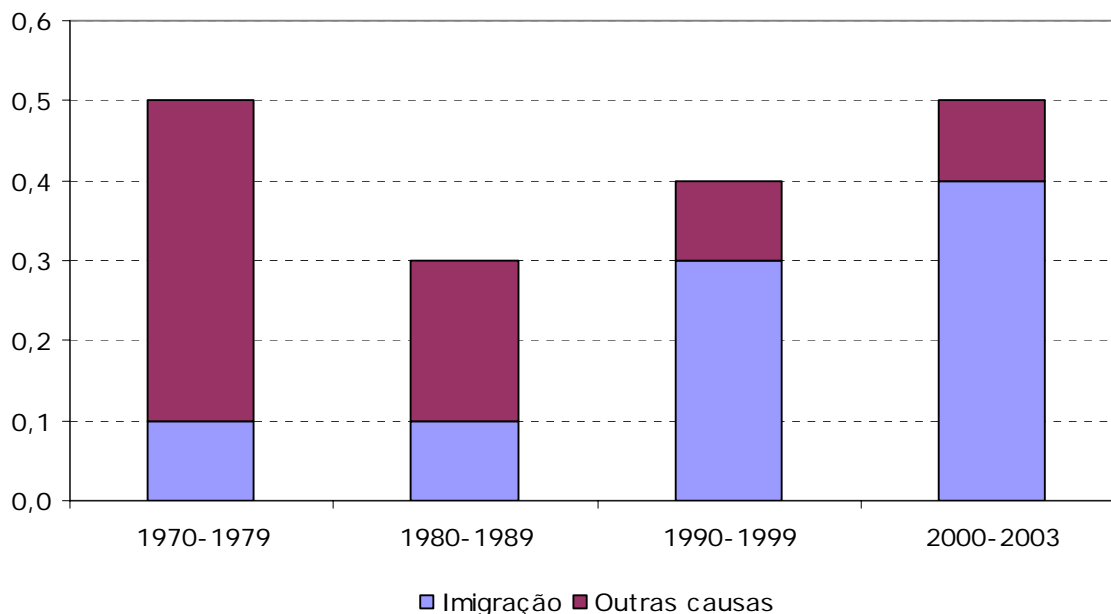
crescimento total do comércio mundial. Nos Estados Unidos, a percentagem de materiais a utilizar directamente como *input* no processo de produção cresceu de 12% das importações, em 1992, para 17%, em 2000 (Bank for International Settlements, 2006: 20).

Enquanto o efeito tem sido sentido sobretudo no sector da produção, os trabalhos com maior nível de especialização e salários mais elevados tornam-se cada vez mais, também, sujeitos a esta pressão. O impacto da deslocalização de instalações de produção é visível no Japão, onde as indústrias que têm perseguido activamente políticas de deslocalização (ou realocação) da produção têm vindo a reduzir os salários de forma mais agressiva. Têm sido amplamente divulgados pelos meios de comunicação social vários casos, por exemplo na Alemanha, de grandes empresas que têm vindo a negociar reduções nos salários reais, em troca da desistência de projectos de realocação da produção.

Em segundo lugar, a mobilidade internacional do trabalho, através de fluxos migratórios, tem vindo a assumir um peso crescente. O crescimento da população, na União Europeia, é crescentemente baseado na imigração. O maior factor de crescimento demográfico não é, actualmente, na União Europeia a 15 (UE 15), a taxa de natalidade, mas a imigração (Bank for International Settlements, 2005: 18). Na década de 1970, a população da UE 15 cresceu a um ritmo de 0,43 pontos percentuais, por ano. Destes, 0,07 pontos percentuais foram provenientes de fluxos migratórios, e os restantes 0,36 de outra proveniência. Na década de 1990 esta tendência inverteu-se, passando o fluxo migratório a representar a maior parte do crescimento da população. No período de 2000 a 2003, esta tendência acentuou-se: a população cresceu anualmente, em média, neste período, 0,48 pontos percentuais. Destes, 0,39 foram provenientes de fluxos migratórios e os restantes 0,09 de outras proveniências – cf. Gráfico 1.

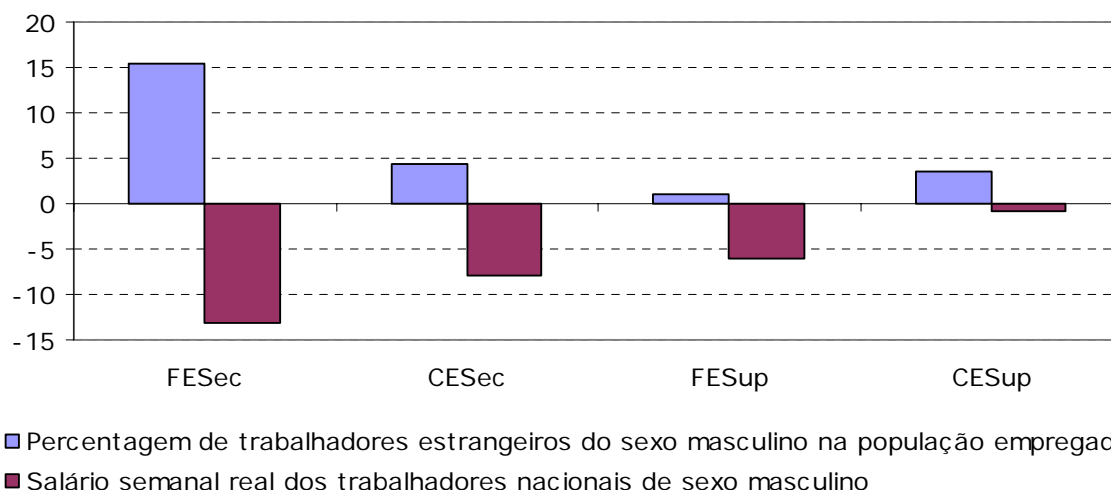
Esta mobilidade tem contribuído para aliviar a escassez da oferta no mercado de trabalho, em alguns países, e parece contribuir para a contenção da subida dos salários, sobretudo no caso de trabalhadores com baixos níveis de qualificação - cf. Gráfico 2. A consciência de que um número crescente de postos de trabalho se encontra exposto à concorrência directa de imigrantes pode exercer uma influência significativa em países onde a mão-de-obra mais facilmente transpõe fronteiras. Estima-se, por exemplo, que o fluxo de imigrantes que aumentou a oferta de trabalhadores do sexo masculino em 11%, entre 1980 e 2000, nos Estados Unidos, tenha diminuído o crescimento dos salários em cerca de 3 pontos percentuais (Bank for International Settlements, 2006: 19). Na Europa ocidental, o rácio entre imigrantes e população praticamente duplicou, desde a queda dos regimes socialistas da Europa de Leste, em 1989.

Gráfico 1. Crescimento da população na União Europeia – Contributo de fluxos migratórios, 1970-2003



Fonte: Bank for International Settlements, 2005. Contribuições para o crescimento populacional na UE15. Médias anuais, expressas em pontos percentuais. Baseado em informação da OCDE, do Eurostat e de dados nacionais.

Gráfico 2. Efeitos da imigração sobre os salários nos Estados Unidos, 1990-2000



Fonte: Bank for International Settlements, 2006. Variação entre 1990 e 2000, expressa em pontos percentuais. FESec=Freqüência do Ensino Secundário; CESec=Conclusão do Ensino Secundário; FESup=Freqüência do Ensino Superior; CESup=Conclusão do Ensino Superior.

O efeito da mobilidade transfronteiriça sobre os salários, na Europa, poderá ter aumentado ainda mais, com o alargamento da União Europeia, em 2004. No Reino Unido, por exemplo, verificou-se uma redução significativa no pagamento de horas extraordinárias, em 2005, nos sectores de actividade em que os imigrantes representavam uma maior percentagem da força de trabalho.

Por fim, a abertura dos mercados à circulação de bens e, de forma crescente, também de serviços, criando uma concorrência internacional, intensificou a pressão competitiva sobre os produtores, nos países industriais avançados. A maior concorrência nos mercados de bens forçou as empresas líderes a nível nacional a desenvolver esforços para reduzir custos. Neste sentido, a redução salarial tem vindo a ser um elemento central nas estratégias para a redução da vantagem competitiva de novos produtores na economia global, como a China e a Índia. Efectivamente, a despesa em salários caiu, em média, mais em sectores com maiores taxas de importação, como o vestuário.

A pressão sobre os mecanismos do Estado providência é, também, crescente. A manutenção do sistema de garantias e de protecções sociais encontra-se condicionada por factores demográficos mas, também, por factores relacionados com a globalização.

O envelhecimento da população, determinado em grande medida pela conjugação do aumento da esperança média de vida com a redução das taxas de natalidade, implica um estreitamento da pirâmide etária, em muitas das economias industriais avançadas. Este estreitamento representa, na prática, um número proporcionalmente menor de trabalhadores activos a contribuir para as prestações sociais de um número mais elevado de beneficiários. Esta pressão tem, por sua vez, levado os países a estratégias de redução do volume de prestações, por um lado, e à tentativa de aumentar o volume de contribuições, por outro (através do aumento da idade de reforma, ou da redução das próprias prestações, por exemplo).

Paradoxalmente, esta situação coloca o crescimento da imigração e da mobilidade internacional da mão-de-obra numa situação contraditória: se, por um lado, esta tendência pode contribuir para a limitação do crescimento dos salários reais; por outro, contudo, é um contributo relevante para o aumento da população empregada e, portanto, das contribuições para a segurança social, podendo revelar-se instrumental para a sua sustentabilidade.

O conjunto de garantias sociais que o Estado providência pode assegurar aos cidadãos encontra-se em contracção – sobretudo nas economias da Europa continental. É tradicionalmente considerado que a governação económica pode ser um dos objectivos das

políticas sociais, a par de outros – como a redistribuição de riqueza ou a assistência aos mais desfavorecidos. As economias da Europa continental, frequentemente consideradas como economias de mercado organizado, são caracterizadas por uma intervenção mais marcada do Estado na economia, e pela colaboração dos actores económicos. Historicamente, associações centralizadas, representativas de interesses como sindicatos e associações patronais, participam em processos de negociação colectiva, de forma a estabelecer níveis salariais e outros direitos, regalias e deveres relacionados com o trabalho. É frequentemente esperado, neste contexto, que as políticas sociais dos governos complementem e facilitem o processo de negociação, contribuindo para a estabilidade global da organização económica. Se, por exemplo, o desaparecimento de postos de emprego se torna inevitável, os sindicatos tendem a aceitar mais facilmente a negociação quando o governo apresenta medidas complementares que facilitem a reforma antecipada, a formação adicional ou a requalificação dos trabalhadores, de forma a reduzir a pressão directa sobre o mercado de trabalho. Este é um exemplo possível de utilização das políticas sociais como instrumento de governação económica.

4. Conclusões

A globalização, baseada em grande medida numa sociedade e numa economia informacional, tem consequências sobre as políticas sociais e sobre o alcance e a capacidade do Estado providência. O poder e a capacidade de intervenção do Estado, numa economia global, em que os países se encontram cada vez mais sujeitos a uma situação concorrencial entre si, com o objectivo de captar investimento e fixar actividade produtiva, limita o raio de alcance da sua acção no âmbito das políticas sociais. A capacidade de intervenção e o poder negocial dos sindicatos é, de igual forma, mais limitado.

Uma vez que o Estado perde grande parte da capacidade de controlar os fluxos de capital, a sua actividade concentra-se numa lógica de concorrência, em que persegue o objectivo de se valorizar a si próprio no mercado internacional, de forma a atrair actividades económicas que se fixem no seu território nacional.

A aplicação intensiva de tecnologias de informação, a adopção de sistemas de produção e de estruturas organizacionais flexíveis implica uma fragmentação das capacidades institucionais para o controlo político das actividades económicas. Neste processo, o indivíduo relaciona-se de uma forma mais directa, menos mediada por associações laborais ou sindicais, com o capital: o decréscimo da percentagem de trabalhadores sindicalizados e de empregadores e trabalhadores por conta própria é um sinal dessa tendência.

Esta evolução não representa, contudo, uma perda de capacidade, por parte do Estado, em exercer uma actividade de controlo e de enquadramento administrativo sobre os cidadãos.

A crescente dificuldade do Estado em controlar, na economia, realidades como a mobilidade de fluxos de capitais ou de centros de produção, não encontra correspondência, desta forma, numa dificuldade em exercer controlo sobre a actividade do cidadão. Pelo contrário, os recursos ao dispor do Estado para controlar a actividade dos cidadãos são crescentes – e a sua utilização também. Apesar de o Estado ter começado a utilizar a *Internet* como uma tecnologia de comunicação com o cidadão, e não apenas como tecnologia de gestão de informação, a sua capacidade e os seus recursos para vigiar e controlar a actividade dos cidadãos é crescente.

Enquanto a capacidade de intervenção do Estado é, no domínio económico, crescentemente limitada, ela surge, no que respeita ao controlo e à vigilância dos cidadãos, como cada vez mais alargada.

O cidadão encontra-se, deste modo, numa situação de relação com o Estado que é geradora de novas tensões: se, por um lado, o cidadão se confronta com uma capacidade decrescente do Estado para controlar alguns aspectos da actividade económica, o que implica uma limitação das garantias sociais que este assegura aos cidadãos, por outro lado relaciona-se com um Estado cada vez mais capaz de exercer controlo sobre a sua actividade, através da vigilância exercida sobre o indivíduo.

Referências e fontes de informação

- Bank for International Settlements (2005). *75th Annual Report*. Basileia: Bank for International Settlements.
- Bank for International Settlements (2006). *76th Annual Report*. Basileia: Bank for International Settlements.
- Baum, Christopher e Andrea Di Maio (2000). *Gartner's Four Phases of E-Government Model*. Stamford: Gartner.
- Bellamy, Christine e John A. Taylor (2003). *Governing in the Information Age*. Maidenhead: McGraw-Hill.
- Breton, Philippe e Serge Proulx (1997). *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Ciberfaces (2000). *Divulgação de Dados do Inquérito Online Ciberfaces*. Lisboa: ISCTE.
- Eurobarómetro (1999). *Eurobarómetro 50.1, Measuring Information Society*. Bruxelas: DG XIII e DG X, Março de 1999.
- Feynman, Richard P. (1997) [1985]. *Surely You're Joking, Mr. Feynman!*. Nova Iorque: Norton & Company.
- Hall, Edward T. (1966). *The Hidden Dimension*. Nova Iorque: Doubleday.
- Innis, Harold Adams (1962). *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press.
- Lyon, David (2001). *Surveillance Society – Monitoring Everyday Life*. Londres: Open University.
- Lyon, David (2006). "Surveillance, Power and Everyday Life", in AA. VV., *Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press.
- Machlup, Fritz (1962). *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- McLuhan, Marshall (1962). *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*. Toronto: University of Toronto Press.
- Norris, C. e McCahill, M. (2004). *CCTV in London, Berlin: Urban Eye*, www.urbaneye.net/results/ue_wp6.pdf (último acesso a 30 de Julho de 2007).
- OCDE (2004). *OECD Information Technology Outlook*. Paris: OCDE.
- OCDE (2005). *Science, Technology and Industry Scoreboard*. Paris: OCDE.
- Instituto de Informática (1997). *Situação da Informática na Administração Pública Central e Regional*. Lisboa: Instituto de Informática, Ministério das Finanças e da Administração Pública, http://www.inst-informatica.pt/v20/produtos/informatica_ap/psiap_97.htm (último acesso a 30 de Julho de 2007).
- Public Service Committee (1998). *Public Service – Report*. Câmara dos Lordes: Parlamento do Reino Unido, <http://www.parliament.the-stationery-office.co.uk/pa/ld199798/ldselect/ldpubsrv/055/psrep01.htm> (última visualização a 30 de Julho de 2007).
- Santos, Leonel D. e Luís A. Amaral (2000). *A Presença das Câmaras Municipais Portuguesas na Internet*. Lisboa: Grupo Algebrica e Gávea.
- Stock, Maria José (1996). "Regionalização, democracia (participativa) e proximidade: algumas reflexões", *Economia e Sociologia*, nº 62, Évora, ISESE, pp. 15-20.
- UMIC (2004). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação - População Portuguesa. Resultados 2004 (Resultados Provisórios)*. Lisboa: Observatório da Inovação e Conhecimento, UMIC.
- UMIC (2005). *Câmaras Municipais 2005. Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Lisboa: Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento, UMIC.

- UMIC (2005a). *Administração Pública Central 2005. Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Lisboa: Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento, UMIC.
- van Welsum, Desirée e Graham Vickery (2005). *New Perspectives on ICT Skills and Employment*. DSTI Information Economy Working Paper, DSTI/ICCP/IE(2004)10/FINAL. Paris: OCDE, <http://www.oecd.org/dataoecd/26/35/34769393.pdf> (último acesso a 30 de Julho de 2007).
- ZD Net (2002). "Teleworking growth surges ahead in the UK". Artigo escrito por Andrew Swinton, disponível em ZDNet UK, <http://news.zdnet.co.uk/itmanagement/0,1000000308,2111451,00.htm> (último acesso a 30 de Julho de 2007).